

Identidades e fragmentação: estórias de uma história n'Apocalipse dos predadores

Identities and fragmentation: stories of a history in Apocalipse dos Predadores

Sara Jona Laisse¹

Escola Superior de Gestão Ciência e Tecnologia, Universidade Politécnica. Maputo, Moçambique.

¹ É moçambicana. Doutorada em Literaturas e Culturas em Língua Portuguesa pela Universidade Nova de Lisboa. Docente de Cultura Moçambicana e Metodologia de Pesquisa na Universidade Politécnica. Consultora em avaliação de qualidade de ensino. Autora de uma obra de Ensaio sobre Literatura, de artigos publicados em jornais e revistas nacionais e estrangeiras e de manuais de ensino. Co-autora de um livro sobre Cultura e Identidade Organizacional e de um Dicionário Português-Bitonga-Português. Dinamiza, há três anos, as "Tertúlias Itinerantes", um evento científico que discute a interculturalidade e há 18 anos, mantém um programa de incentivo ao gosto pela literatura, designado "Tertúlias de Sábado". Foi editora de programas sobre Literatura na Rádio e na Televisão, em Moçambique.

 <https://Orcid.org/0000-0001-8877-8340>

E-mail: saralaisse@yahoo.com.br

RESUMO: Este ensaio analisa a obra literária *Apocalipse dos Predadores (AP)*, do escritor moçambicano Adelino Timóteo, numa perspectiva que cruza a literatura e outros saberes, a partir de uma abordagem desconstrucionista¹. Para melhor se compreender o contributo que pode ser trazido por essas áreas diferentes da literatura, apresentam-se alguns elementos da História e da Antropologia de Moçambique, que permitem a apreensão de representações sócio-políticas e antropológicas nas estórias em *AP*. Compõem este texto as seguintes secções: uma breve introdução, a biografia do autor da obra em análise e uma revisão da literatura sobre o género literário de *AP*; uma caracterização Histórico-cultural de Moçambique, antes e depois da independência e a interpretação da obra à luz de elementos exteriores à literatura.

Palavras-chave: Romance histórico; História; Estória; Identidade.

ABSTRACT: This essay analyzes the book *The Predators Apocalypse (PA)*, by the Mozambican writer Adelino Timóteo, in a perspective that crosses literature and other knowledge from a deconstructionist approach. For a better understanding of the contribution of different areas of the literature, some elements of the History and Anthropology of Mozambique are presented in order to the apprehend the socio-political and anthropological representations through the stories in *PA*. The text includes the following sections: a brief introduction, the biography of the author, and a book review of the literary genre of *PA*; a historical and cultural characterization of Mozambique in colonial and postcolonial periods and the interpretation of the book, based on the external elements of literature.

Keywords: Historical romance; History; Story; Identity.

¹ A desconstrução é uma corrente da Crítica Literária que, de acordo com Paz e António (1997, p.59), teve a sua origem em 1967. Segundo Ceia (s/d), esta corrente postula que o termo desconstrução designa um método ou processo de análise centrado na crítica de irregularidades retóricas de textos do tipo literário, filosófico, psicanalítico, linguístico ou antropológico.

1 Introdução

O presente texto surge da necessidade de contribuir para o debate sobre o tema “vidas/narrativas em trânsito: movimentos migratórios nas literaturas contemporâneas de língua portuguesa”, temática centrada na discussão de representações na literatura produzida no espaço da língua portuguesa. É nessa sequência que serão interpretadas as representações fragmentárias e em trânsito, abordadas em *Apocalipse dos Predadores (AP)*, livro que, a partir do seu título, já prepara o leitor para um contexto obscuro e caótico.

A obra é da autoria de Adelino Timóteo, nascido em Moçambique, na cidade da Beira. É escritor, jornalista e artista plástico²; autor de uma vasta obra, com uma carreira marcada por momentos de censura, dada a acutilância com que critica o *status quo* político.

AP é de cariz etnográfico, com características básicas do Romance Histórico. Elencando algumas dessas características, Puga (2006) menciona a agregação de elementos históricos ficcionalizados, que sugerem o contexto real; a abordagem a uma realidade do passado; a autorreflexionalidade do discurso; o diálogo do narrador com o leitor da obra; a descrição de monumentos; o questionamento da História oficial, repondo alguns factos, entre outros.

² Em 1999 foi agraciado com o prémio do Sindicato Nacional de Jornalismo, para a Melhor Crónica Jornalística. Em 2001, a Associação de Escritores Moçambicanos atribuiu-lhe o Prémio Nacional Revelação de Poesia. Em 2004 foi homenageado, em Moçambique, pela Universidade Politécnica e pelo Conselho Municipal da Beira. Em 2015, em Portugal, pelo Círculo de Escritores Moçambicanos na Diáspora. É autor das obras: *Os Segredos do Mar* (1999); *Viagem à Grécia Através da Ilha de Moçambique* (2002); *A Fronteira do Sublime* (2006); *Mulungo* (2007); *A virgem da Babilónia* (2009); *Nação Pária* (2010); *Dos Frutos do Amor e Desamores até à Partida* (2011); *Não Chora, Carmen*; *Nós, os do Macurungo* (2013); *Na Aldeia dos Crocodilos* (2014); *Livro Mulher* (2013); *Os Oito Maridos de Dona Luíza Michaela da Cruz* (2016), *Corpo de Cleópatra* (2016); *Os Últimos Dias de Uria Simango* (2017).

Referindo-se ao mesmo género literário, Martinho (1992) destaca a descrição de paisagens e monumentos que sugerem um lugar real ou o recurso à utilização de nomes de personagens que existiram de facto, as chamadas personagens referenciais. Esse conjunto de características junta-se a outras advogadas por Luckács (2011), nomeadamente: pouca contemporaneidade entre a estória narrada e a História de referência. Abordagem de acontecimentos passados; datas históricas; narração em terceira pessoa; referência a personalidades históricas – que não aparecem como protagonistas, mas são referidas a fim de legitimar determinados factos históricos, a narração de grandes crises da humanidade, etc.

Em *AP* podem ser encontradas algumas das características acabadas de mencionar, a saber: elementos históricos ficcionalizados (que sugerem o contexto real moçambicano); a abordagem a uma realidade do passado; a narração da fragmentação das identidades das pessoas dessa sociedade; a indagação sobre História, reconstruindo-se alguns factos, entre outros aspectos. Estes elementos serão, mais adiante, no texto, abordados no contexto da explicação do modo como a História foi representada através das narrativas em *AP*.

2 A História e a estória: contributo para a apreensão de representações

Para uma melhor compreensão sobre a História e as representações contidas na estória, segue um breve resumo de *AP*. A estória relata o caso de Neto Diogo do Carmo, um cidadão de origem portuguesa, nascido de Costa do Sal, uma antiga colónia na qual tinha vivido, antes do seu regresso à Metrópole, em 1974. Ao voltar à Costa do Sal, fá-lo com o objectivo de dicionarizar os nomes indígenas, cujo uso já era permitido, após a sua interdição, na época colonial. Nessa nova era, a ideia de utilização de nomes

nativos passava por (re)nomear as personagens, o que, em última análise, serviria como indicativo de ascensão social, política ou económica, ou ainda para fins obscuros.

Além de abordar o estatuto social dos nomes, Diogo dá uma interpretação sobre eles, à luz dos pressupostos que existiam na época colonial e, uma vez que tinha sido responsável por alguns registos, dá exemplos das regras e o modo como eram atribuídos. Uma das explicações é a de que estes eram anotados em consonância com a profissão do responsável pela criança a registar.

O que importa destacar relativamente à narrativa que cada nome gera é que há uma fragmentação social ou do indivíduo derivada da sua (re)nomeação, por o colocar numa situação de desconhecimento ou falta de reconhecimento do seu berço, embora Diogo, o “Encantador de Nomes”, conhecesse e sonegasse informações sobre determinadas origens. Outras personagens recorriam à nova nomeação para lograrem com os seus intentos obscuros, como o concubinato ou saque de recursos alheios.

No que diz respeito à forma como os nomes são atribuídos, importa destacar que, factualmente existe, em Moçambique e em África, um costume que é realizado quando nasce um bebé, o ritual de “dar um nome”. O mesmo obedece a critérios pré-estabelecidos e que podem ser lidos em Junod (1996, p.59-60). Só para dar alguns exemplos, este autor refere que aos bebés pode-se dar o nome de um chefe admirado pelos pais; o de um antepassado da família ou o de um vizinho ou conhecido que se auto-propõe a nomeá-lo e, nesse caso serve como um padrinho, que ao atribuir o seu nome, deverá oferecer uma prenda. Um outro modelo é inspirado na circunstância na qual a criança nasce. Podendo, por exemplo, chamar-se Mphuleni (na chuva), se tiver nascido à chuva, como sinal de recordação daquele evento. De referir que nem sempre o nome escolhido pode cair bem à criança e, quando é o caso, ela adocece ou chora muito, e é necessário que seja mudado

em cerimónia própria. Um outro aspecto a mencionar é que este modelo de nomeação, também é utilizado em *AP*, no que concerne a designar em função da época que se atravessa ou de um acontecimento.

Do ponto de vista da História de Moçambique e no que às identidades diz respeito, de acordo com Cabaço (2010, p. 105-112), no ano de 1930 foi publicado o Acto Colonial que, no seu artigo 22º, impunha modelos culturais aos nativos das colónias portuguesas, condicionando os seus hábitos, valores e costumes aos modos de fazer dos da metrópole. Esse mesmo documento fazia menção a um documento anterior, a Portaria do Governo, publicada em 1917, que introduziu diferentes estatutos, estratificando as pessoas em colonos, assimilados e indígenas, tendo o segundo grupo de indivíduos que colocar uma máscara por cima dos seus modos de viver, passando a imitar o primeiro no tocante ao seu modo de viver, hábitos e costumes.

Em decorrência do Acto Colonial, seguiram-se outros documentos com o mesmo teor ligado à civilização dos povos das colónias, por exemplo o Decreto nº 16.199, de 6 de Dezembro, que segundo Cabaço (2010, p.105), no seu artigo 2º afirmava: “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam [...]”.

Relativamente à actuação em função desses decretos, surgem também, nessa altura, o registo de muitos nomes de nativos moçambicanos de forma aportuguesada. Esta abordagem serve para destacar que há, em *AP*, de algum modo, uma referência subtil à data histórica de 1917, pelo facto de narrar questões ligadas à cultura e às identidades culturais das pessoas, tal como será demonstrado, mais adiante.

A questão das identidades é também afluída em *AP*, quando o autor, em alusão ao motivo pelo qual a independência foi proclamada, a 25 de Junho de 1975, deixa perceber que ela foi realizada com o intuito de libertar

os homens do jugo colonial, tornando-os livres e donos das suas origens e identidades.

Para além da sugestão à data mencionada, há uma outra que é claramente enunciada em *AP*, o 7 de Setembro de 1974, sobre o qual vale recordar que, em contexto real, estabelece os limites de actuação do expansionismo português em Moçambique. Nela, os representantes da Frente de Libertação de Moçambique³ e do Governo Português assinaram um acordo que punha termo à guerra colonial iniciada em 1962.

No entanto, nesse mesmo dia, o 7 de Setembro, e nos que se seguiram à assinatura do acordo foram turbulentos, segundo Machava (2015, p. 55):

Com a crescente popularidade da FRELIMO, especialmente na cidade capital, a actuação dos colonos conservadores passou do radicalismo político ao terrorismo urbano e inconsequente, provocando a ira da população africana. Esta, por sua vez, respondeu com o mesmo nível de violência. Munidos de catanas, machetes e paus, as populações suburbanas procuraram marchar em direcção à cidade ‘branca’, deixando uma névoa de destruição e morte por onde passavam. Porém, o nível de violência teria sido muito maior se as populações em fúria tivessem chegado ao centro da cidade. Milhares de colonos se haviam aglomerado nas ruas, sobretudo em frente ao Rádio Clube. O encontro entre as populações e os colonos (munidos de armas convencionais) teria resultado num verdadeiro mar de sangue. Foi a retomada da Rádio e o silenciamento dos locutores insurrectos que preveniu tal catástrofe.

Tendo apresentado de modo muito sumário os factos ligados à História de Moçambique, país que sugestivamente se apresenta em *AP* como Costa do Sal, passa-se, no momento que segue à interpretação sobre o como a estória representa a História.

³ Um movimento constituído pela união de três movimentos nacionalistas, a saber: União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), *Mozambique African National Union* (MANU) e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI). Em 1977, passou a partido político, a FRELIMO, que actualmente é o maioritário e governa o país. Do ponto de vista cultural e identitário, após a independência nacional, adoptou a língua portuguesa como língua oficial.

3 Representação da História: as estórias de fragmentação

Nesta parte do ensaio, serão dados exemplos do que se apresentou acima como marcas do Romance Histórico abordados em *AP*, lembrando que nos sugerem uma releitura da História de Moçambique, com recurso a metonímias.

Os excertos que seguem serão utilizados para demonstrar de que forma é que a História foi representada, a partir das características do Romance Histórico, nomeadamente: elementos históricos ficcionalizados (que sugerem o contexto real moçambicano); a abordagem a uma realidade do passado; a narração da fragmentação das identidades das pessoas dessa sugerida sociedade; a indagação sobre História, reconstruindo-se alguns factos, entre outros aspectos.

O que sugere que Costa do Sal representa um país que poderia ser Moçambique são a menção às palavras e expressões “Glorioso” (que em linguagem coloquial é utilizada em referência ao Partido FRELIMO) e “garantia da unidade dos cidadãos nacionais” (TIMOTÉO, 2015, p.77) (que lembra que a junção de diferentes movimentos políticos naquilo que veio a designar-se como Frente de Libertação de Moçambique e tinha intuito de garantir a unidade dos nacionais moçambicanos, em busca de um objectivo comum, a independência para todos os cidadãos desse território); “machambas do povo, campanhas de alfabetização, aldeias comunais (TIMOTÉO, 2015, p.20) (eram bastante utilizadas por dirigentes políticos e amplamente disseminadas nos meios de Comunicação Social em Moçambique); e BPD (TIMOTÉO, 2015, p. 22) (lembra o nome de um banco que existiu e que utilizava a mesma sigla. Há muito mais elementos que são utilizados em *AP* como metáfora do que pode ser o referido país.

O passado, a fragmentação das identidades, a crise existencial são sugeridos, com recurso a diferentes exemplos. Constam de *AP* vários

acontecimentos que gravitam em torno do regulamentado nas datas de 1917 e 1930, no que concerne a civilizar os povos das colônias. Importa destacar que um leitor informado dificilmente poderá analisar esta obra sem recorrer à questão identitária “lusó-africana”, marca extratextual do expansionismo português.

A utilização do decreto que segue ficcionaliza a regulamentação de usos e costumes derivados das datas acabadas de mencionar, especialmente no que concerne ao Acto Colonial:

Diário da República
Decreto-Lei 79/99
Preâmbulo

Por razões meramente de garantia da unidade dos cidadãos nacionais, logo após a independência nacional, lançámos um dispositivo legal, que torna célere o registo dos habitantes desta terra, em reposição dos nomes, que foram escamoteados, recusados pelo colonialismo. Não obstante, assiste-se à banalização de nomes de personalidades do Estado.

Havendo ocorrência, na nossa sociedade, do fenómeno de contrabando de nomes e apelidos, falsificação de documentos de identidade, há pessoas insensatas, sem escrúpulos [...]

Capítulo I
Artigo I,

Qualquer acção de contrabando, candonga, falsificação ou garrimpeamento de nomes e apelidos é punível com penas, que vão desde prisão maior até fuzilamento, [...].

Costa do Sal, 30 de Dezembro de 1999
Promulgado pelo Presidente da República
Temporário das Tabuas Passadas (TIMOTÉO, 2015, p. 78).

Uma outra menção ao passado é a data referencial 7 de Setembro. Destacado em *AP* pelos tumultos que iniciaram nessa data e pela guerra civil após a qual se seguiram:

A Lucidez da memória colectiva fez escapar o seguinte detalhe de Setembro de 1974 [...] Lolita do Carmo [...]. No aeroporto, ela acompanhava os pais, que estavam de saída para a metrópole, assustados com os tumultos daquele Setembro sangrento [...] (TIMOTÉO, 2015, p. 17).

Os nomes são o grande cerne da questão em *AP*, até mesmo a julgar pelo Decreto acabado de mencionar. O autor recorre, com alguma ironia, às regras nativas de colocação e imposição do nome a alguém. Veja-se o caso de Diogo, “Encantador de Nomes”, que explica que, na época colonial, poderia atribuir-se um nome a alguém, em função da sua profissão, “Arroz”, se tratasse de um trabalhador de uma plantação de arroz, ou em função de um acontecimento, “Mataquenha”, por exemplo, no caso de alguém que se tivesse apresentado junto ao Conservador a coçar-se (TIMOTÉO, 2015, p. 116). Esta personagem explica ainda a existência de casos de pessoas registadas com recurso ao salário que auferiam: “Augusto Vontade Dois Escudos e Cinquenta Centavos” (TIMOTÉO, 2015, p. 117). Há, ainda na obra, a manipulação de algumas identidades, tal como se pode constatar em:

Vocês deveriam chamar-se Florentino Deixafalar e Benedito Deixafalar. Que desgraça os vossos nomes! Aliás, neste país, quando se trata de nomes de heróis e antigos combatentes todo o juiz afrouxa a pressão, e a qualquer tipo de acusação, os maiores criminosos, que a terra produziu, são inocentados [...] (TIMOTÉO, 2015, p. 117-118).

Dependendo do momento histórico-social atravessado na obra, estrategicamente, a identidade vai sendo ajustada ao longo do tempo e das necessidades sociais. Se, por um lado, os nativos, na época colonial, em contexto real, viram os seus nomes modificados para nomes portugueses, vemos a estória a contar-nos o caso de Lolita do Carmo ou Lita, cidadã de origem portuguesa, filha de Diogo, nascida na Costa do Sal que, não tendo regressado à Metrópole, decidiu nacionalizar o seu nome, passando

a se chamar Felicidade Ngwenya, para seguir os trâmites da nova era da indigenização de nomes.

No entanto, não tendo seguido as formalidades tradicionais inerentes ao processo de nomeação (pedir permissão para a atribuição de nomes, por eles estarem imbuídos de símbolos ligado à linhagem e à consanguinidade, na cultura bantu a qual o apelido Ngwenya pertence), Lolita adoeceu:

[...] um dos caminhos para trazer a Lita à vida seria os seus progenitores fazerem um ritual, conhecido por *lina nya miphasu*, de evocação aos Nhwenya, a fim de anunciar a existência de mais uma descendente na família [...]. Os testemunhos constantes provaram, pois que Lita padecia verdadeiramente da “doença de nome”, como se denominam naquelas terras do Índico, a situações controversas da natureza. O que lhes impunha praticar a conjura, para a livrarem do leito daquela desgraça. [...] (TIMOTÉO, 2015, p. 226).

Para além dessa dimensão social que transportam, os nomes criados pelo autor desta obra remetem o leitor ao seu lado antropológico, porque, em princípio, devem estar ligados à cultura e à origem do seu titular. A partir do seu conhecimento antropológico, Timóteo sugere que estes se centram numa sabedoria ancestral, de tal forma que, mal aplicada, cria problemas ao usuário.

Há ainda, neste contexto, nomes de pessoas mudados em função de um novo estatuto social, por exemplo, a escolha de um nome que marque ascensão social, Bonito das Dívidas Deixafalar, que antes era chamado Sabonete Cadeado da Piedade (TIMOTÉO, 2015, p. 15).

No tocante a datas históricas, *AP* revela o falhanço dos desejos do projecto histórico-social de luta para a libertação do jugo colonial, uma vez que narra as peripécias de Bonito das Dívidas Deixafalar, que adquiriu os hábitos burgueses e a postura colonial contra a qual se lutou através do projecto da independência. Ele passou a defender a acumulação de capital. Há a alusão ao facto de que objectivo da luta passou a ser uma falsidade

a partir da qual os antigos lutadores pela pátria passam a ser os novos senhores das terras. Essa constitui uma das grandes críticas da obra.

Para além destes fenómenos, a devastação do tecido social de Costa do Sal deu-se através do estabelecimento de uma postura social pouco recomendável, como o enriquecimento ilícito ou a “coisificação” da mulher, processo no qual menores de idade, as chamadas “catorzinhas”, são impelidas a se relacionar com homens de idades avançadas (nas páginas 40 e 41); como o tráfico de influência (na página 42); a mudança de nome para ludibriar a banca, (nas páginas 44 e 45); a corrupção, (página 45); o “tráfico de ascendência”, (página 71); a abordagem de momentos históricos, entre outras representações de outros males. Esta constitui a forma que o autor de *AP* utilizou para indagar a História.

Recorrendo aos “diários de Joaquina”, “a que somente diz e escreve a verdade” (TIMOTÉO, 2015, p. 73), Timóteo usa uma das estratégias do Romance Histórico para dar a ideia de reconstituição de factos. Sugere-se que esta personagem seja a filha do presidente de Costa do Sal e tenha acesso a informações confidenciais. Além disso, o facto de a mesma mencionar que escreve sobre “coisas de que alguns não gostam” (TIMOTÉO, 2015, p. 73-83), deixa a ideia de que a democracia é uma miragem no espaço narrado e ela desempenha o papel de repor a verdade:

Posso continuar a escrever? Eu sou a Joaquina escrituradora, visto que escrevo muito. Conto muitas histórias. Mas são reais. Às vezes, conto coisas, de que alguns não podem gostar. Coisas que me põem em perigo, como alguém que habita na dependência de O Glorioso. Nasci com este defeito congénito: contar, mesmo que a verdade esteja contra a minha pessoa [...] (TIMOTÉO, 2015, p. 73).

Em linhas gerais e sem se pretender esgotar o teor da obra em análise, a finalizar, é pertinente recordar que, consubstanciando o título, *AP* contém duas epígrafes que ilustram, claramente, como é que as narrativas que

contêm são transitórias e fragmentárias: “O patriotismo é o último refúgio dos canalhas” (Mário Vargas Llosa) e “*Y vi surgir del mar una bestia...El que tenga oídos, oiga*”, (Apocalipsis 13, 1.9).

4 Considerações finais

Conforme foi possível observar, através de *AP*, a vida das personagens, para além de fragmentada, na maior parte das vezes, se encontrava envolta de peripécias que distorcem a “ordem natural das coisas”, daí ter-se julgado que o título e o conteúdo da obra eram ajustados para o debate sobre representações e narrativas em trânsito.

Em termos de temática abordada, diria que Adelino Timóteo continua a revelar a sua inquietação com a libertinagem praticada em algumas sociedades africanas, especialmente no que toca à gestão dos bens da “casa comum”, a mentalidade dos que devem fazer essa gestão e, por último com a preservação das tradições africanas. Este trabalho já teve o seu início no seu romance *Mulungo*, que narra a devassidão mental de alguns dirigentes; passando por *Nação Pária*, obra na qual, dada a má gestão da “coisa pública”, um país desaparece do mapa.

Há uma pesquisa etnográfica que o autor tem estado a fazer, decidindo partilhar os materiais desta em diferentes trabalhos. Na verdade, mais do que a preocupação com um projecto identitário, Timóteo mostra-se sensível aos actuais destinos de determinada sociedade, daí a sua obsessão com relação à questão da mentalidade e de chamar à atenção a necessidade de se repor a verdade relativa à causa pela qual determinados países lutaram, a democracia, por exemplo. Destaque-se ainda que a veia jornalística de Timóteo se tem casado perfeitamente com a de escritor, facto demonstrado pelo seu constante questionamento à castração de liberdades democráticas em grande parte da sua obra.

No que concerne à escrita, Timóteo evitou, nesta obra, fazer com que o leitor tenha que recorrer a algum dicionário ou glossário quando não conheça determinada palavra escrita numa língua bantu, isto porque colocou o seu significado imediatamente a seguir à essa palavra. Há ainda que realçar a utilização, em alguns casos de linguagem “sem pudores”, por parte deste autor.

Do ponto de vista de intertextualidade, a obra *Apocalipse dos Predadores* recorre ao poema *Surge et Ambula*, do poeta moçambicano Rui de Noronha, colocado no texto num contexto que se refere à reivindicação por uma pátria livre, protagonizada por um grupo de estudantes proto-nacionalistas, que organizavam tertúlias utilizando como *motif* esse poema (TIMÓTEO, 2015, p. 167). Esse recurso, na obra pode ser entendido muito além do ambiente em que ocorre, por ele sugerir, quase que como um acto de súplica, pela melhoria de toda desordem histórico-social narrada. Recordo que esse título é emprestado de Antero de Quental, no seu poema “A um poeta *Surge et Ambula*”, que é uma frase bíblica.

Um outro aspecto que vale a pena mencionar é o diálogo que esta obra estabelece com *Os Predadores*, obra literária de Pepetela, pela temática do desencanto com a mentalidade resultante do período pós-revolucionário, com o bloqueio à democracia, com a temática fragmentação da identidade ideológica.

Referências

- CABAÇO, José. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. Maputo: Marimbique. 2010.
- CEIA, Carlos. S. V. Deconstrução. In: CEIA, Carlos (Coord.). *E-Dicionário de Termos Literários*. Disponível em: <<http://www.edtl.com.pt>>. Acesso em: maio 2011.
- FIRMINO, Gregório. Nomes dos Vatonga de Inhambane: entre a “tradição” e a “modernidade”. *Etnográfica* [Online], v. 12, n. 1, 2008. Online desde 20 jun. 2012.

Disponível em: <<http://etnografica.revues.org/1630>>. Acesso em: 28 jan. 2016.
DOI: <http://dx.doi.org/10.4000/etnografica.1630>.

LAISSE, Sara. *Moçambique, Surge et Ambula: a interculturalidade no corpus literário obrigatório no Ensino Secundário Geral entre 2004 e 2011*. Tese (Doutorado em Estudos Portugueses, Especialidade em Literaturas e Culturas de Língua Portuguesa) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015. [Não publicada].

LAISSE, Sara. Poderá a lusofonia constituir um espaço de compreensão entre povos? *kutxula vitu, kutsivela, kuyandla, kubieketa* e baptismo católico como rituais para diálogo. In: 17º CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA PORTUGUESA/8º CONGRESSO INTERNACIONAL DE LUSOFONIA, IP-PUC, São Paulo, 2018. [Não publicado].

LUCACS, Gyorgy. *Romance histórico*. São Paulo: Biotempo. 2011.

MACHAVA, Benedito. Galo amanheceu em Lourenço Marques: o 7 de Setembro e o verso da descolonização de Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 106, p. 53-84, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.5876>

MARTINHO, M^a de Fátima. O *Romance histórico* de Alexandre Herculano. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, n. 09, p. 97-118, 1992.

PAZ, Olegário; MONIZ, António. *Dicionário breve de termos literários*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

PUGA, Rogério. *O essencial sobre o Romance histórico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 2006.

SANTOS, Boaventura. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social, Rev. Sociol.*, USP, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 31-52, 1994.

TIMÓTEO, Adelino. *Apocalipse dos predadores*. Lisboa: Chiado Editora, 2015.

Recebido em 30/06/2018.

Aceito em 29/09/2018.